

Capital Intelectual: Novos Desafios Empresariais

AUTOR

CLAUDIO JAIR DE ALMEIDA

Universidade Metodista de Piracicaba

omegacae@gmail.com

Resumo

As profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas na economia, telecomunicações e informática vêm sendo compreendidas por diversos estudiosos consagrados como um período de transição da Sociedade Industrial para a Sociedade do Conhecimento, onde o recurso econômico fundamental torna-se o próprio conhecimento humano.

Nessa perspectiva, a noção de capital intelectual tem se inserido de modo cada vez mais frequente no setor empresarial. Os gestores passaram a perceber que o conhecimento, devidamente gerenciado, agrega valores reais à organização, tornando-se um poderoso diferencial competitivo.

Considerando, portanto, a relevância deste ativo emergente, o presente artigo pretende, através de revisão da literatura, discutir as implicações desta mudança de paradigma na gestão empresarial, sublinhando a problemática relacionada aos instrumentos contábeis de mensuração deste ativo intangível.

O objetivo do presente artigo é contribuir com as discussões e reflexões a respeito da atuação da contabilidade na avaliação do conhecimento enquanto fator que agrega valores reais à organização.

No decorrer de nosso estudo, verificamos que a contabilidade encontra-se em fase de revisão de seus instrumentos de avaliação do valor real de uma empresa, considerando-se os impactos advindos do capital intelectual no desempenho das organizações; tendo, no entanto, realizado alguns avanços nesse sentido.

Palavras-Chave: Capital Intelectual, Sociedade do Conhecimento, Gestão Empresarial, Contabilidade.

Summary

The deepest changes occurred in the last decades on economy, telecommunication, and information technology, have been comprehended by several famous specialists as a period of transition from the Industrial Society into the Knowledge Society, where the main economic resource became the human knowledge itself. Within this perspective, the intellectual capital conception has been more often inserted on the entrepreneurial sector. Managers started noticing that knowledge, when properly managed, adds real values to the organization, becoming a powerful and competitive differential. Taking into consideration the relevance of this emerging asset, therefore, the present article intends, through literature review, to discuss the implications of this paradigm change regarding entrepreneurial management, emphasizing the problematic related to the bookkeeping measurement instruments of this intangible asset. This present article objective is to contribute with discussions and considerations regarding accounting performance towards the knowledge evaluation while a factor that adds real values to the organization. Throughout our study, we have verified that accounting is on a review phase of its evaluation instruments of the real

value of a company, considering the aspects from intellectual capital on organizations performance. It has, however, accomplished some progress in this meaning.

Key words - Intellectual Capital , Knowledge Society, Entrepreneurial Management, Accounting

1- Introdução , Problema de Pesquisa e Objetivo.

As últimas décadas foram caracterizadas por mudanças contínuas promovidas pelo processo de globalização articulado ao avanço veloz do desenvolvimento da tecnologia, especialmente da informática e telecomunicações, trazendo, consigo, diversos imperativos e desafios para as empresas e a sociedade em geral.

Esse período de progressivas transformações vem sendo considerado por muitos estudiosos do assunto como uma época de transição de uma Sociedade Industrial para uma Sociedade do Conhecimento, uma vez que “aos demais recursos existentes, e até então valorizados e utilizados na produção - terra, capital e trabalho –, junta-se o conhecimento, o que altera, principalmente, a estrutura econômica das nações e, sobretudo, a forma de valorizar o ser humano”(Antunes e Martins, 2002, p. 42).

Embora o tema tenha sido considerado já na década de 60, o papel do capital intelectual nas sociedades atuais adquiriu maior relevância nos anos 90, tornando-se uma presença crescente em diversos estudos relativos ao campo empresarial.

O livro “Sociedade Pós-Capitalista” de Drucker (1993) é considerado uma importante referência no assunto, onde o autor defende a idéia do fim da era industrial e o início da era do conhecimento; indicando, assim, uma mudança de paradigma na forma de concepção do desempenho industrial pautado, principalmente, no capital financeiro, para um modelo econômico centrado no conhecimento potencial e existente das organizações. Drucker (1998, p.161) chama atenção para o fato de que na sociedade do conhecimento, “(...) o verdadeiro investimento se dá cada vez menos em máquinas e ferramentas e mais no conhecimento do trabalhador. Sem este conhecimento, as máquinas são improdutivas, por mais avançadas e sofisticadas que sejam”.

Assim, Drucker afirma o caráter central do conhecimento, salientando que o mesmo não deve ser considerado como um recurso secundário, mas como um fator primordial para o desenvolvimento econômico.

Essa transição passou a ser sublinhada por diversos autores. Através de diferentes abordagens, o conhecimento foi sendo reconhecido como o grande diferencial de nossa sociedade e o principal propulsor do desempenho empresarial. Expressões como “sociedade do conhecimento”, “era do conhecimento”, “era da informação” tornaram-se frequentes para descrever nossa época. Na era do conhecimento, o capital intelectual torna-se o recurso mais valioso para as organizações, apresentando a mesma centralidade que o capital financeiro revelava na era industrial.

Stewart (1998) sublinha bem a transição do capital financeiro para o capital intelectual:

Vencemos porque a economia de hoje é fundamentalmente diversa da de ontem. Crescemos na Era Industrial. Ela se foi, suplantada pela Era da Informação. Estamos deixando para trás um mundo econômico cujas principais fontes de riqueza eram físicas. Nessa nova era, a riqueza é produto do conhecimento. O conhecimento e a informação - não apenas o conhecimento científico, mas a notícia, a opinião, a diversão, a comunicação e o serviço - tornaram-se as matérias-primas básicas e os produtos mais importantes da economia. Compramos e vendemos conhecimento [...]
(STEWART, 1998, p.14).

Segundo Nonaka e Takeuchi (1997), a informação submetida ao processo cognitivo de reflexão e síntese significa conhecimento e compreende uma base técnica e outra cognitiva, que sob determinadas situações, transforma-se em inteligência. O valor do conhecimento proporciona competência às pessoas e competitividade às organizações e, em decorrência disso, agrega valor à atividade humana e corporativa.

O intelecto torna-se fonte de renda para as organizações, sendo uma ferramenta que apenas os seres humanos possuem. O conhecimento, converte-se em capital intelectual, a partir do momento em que passa a acrescentar valor aos produtos e serviços.

Sveiby (1998) destaca o caráter positivo desta mudança. Uma vez que a capacidade de adquirir e desenvolver conhecimentos é inerente ao ser humano, este recurso se diferencia dos demais fatores de produção. O autor observa que, diferentemente de outros fatores de produção como a terra, o petróleo e o ferro, a informação e o conhecimento não são recursos intrinsecamente limitados, já que os mesmos dependem apenas da capacidade de criação da mente humana. Assim, uma economia pautada na informação e no conhecimento apresenta a vantagem de possuir recursos que não se exaurem com o tempo.

Apesar dessas vantagens, Biaggio e Batocchio (1999) sublinham que esse processo de mudança incluído na transformação da sociedade capitalista para a sociedade pós-capitalista será traumático como foram todos os processos de mudanças em todas as sociedades; uma vez que exige dos mais variados setores sociais um esforço de adaptação aos novos princípios emergentes.

2- Revisão Bibliográfica , Metodologia .

Feita essa contextualização inicial do assunto, passaremos, então, através de pesquisa bibliográfica, a discorrer sobre os impactos do capital intelectual nas gestões empresariais, procurando compreender como a área contábil tem se situado diante dessa mudança de paradigma, tendo em vista seu papel na mensuração dos ativos de uma organização.

O presente artigo está dividido em três partes. Primeiramente, abordaremos algumas definições de capital intelectual; passaremos, em seguida, a focalizar os componentes do capital intelectual sob a ótica de importantes estudiosos no assunto; por fim, analisaremos atuação da contabilidade na mensuração deste ativo intangível.

O objetivo do presente artigo é contribuir com as discussões e reflexões a respeito da atuação da contabilidade na avaliação do conhecimento, enquanto fator que agrega valores reais à organização. Como objetivo específico, pretende-se realizar uma revisão da literatura a respeito da referida problemática.

2-1- Capital intelectual: conceitos e características

A noção de capital intelectual, que atribui aos elementos intangíveis uma função primordial na administração empresarial, vem sendo objeto de estudo de muitos teóricos da área administrativa, em seus mais diversos setores. Crescem rapidamente pesquisas e teorias que visam compreender a profundidade e o alcance das influências deste ativo intangível no desempenho organizacional.

O assunto adquiriu maior relevância a partir dos anos 90, época em que se passou a perceber mais nitidamente os desdobramentos dos avanços tecnológicos, em especial da tecnologia da informação. A partir daí, tem crescido o número de questões a respeito de propostas de gerenciamento e mensuração deste capital.

Para Edvinsson e Malone (1988, p.19), o capital intelectual “é um capital não financeiro que representa a lacuna oculta entre o valor de mercado e o valor contábil. Sendo, portanto, a soma do Capital Humano e do Capital Estrutural”.

Edvinsson e Malone (1998) estabelecem uma interessante comparação do capital intelectual a uma árvore que tem recebido destaque na literatura sobre o assunto. De acordo com os autores:

[...] as partes visíveis da árvore, tronco, galhos e folhas, representam a empresa conforme é conhecida pelo mercado e expressa pelo processo contábil. Os frutos produzidos por essa árvore representam os lucros e os produtos da empresa. As raízes, massa que está debaixo da superfície, representam o valor oculto, nem sempre relatada pela contabilidade. Para que a árvore floresça e produza bons frutos, ela precisa ser alimentada por raízes fortes e sadias (...) (EDVINSSON e MALONE, 1998, p.28).

Stewart (1998, p.13), por sua vez, define capital intelectual como:

Capital intelectual é a soma dos conhecimentos de todos em uma empresa o que lhe proporciona vantagem competitiva. Ao contrário dos ativos, com os quais empresários e contadores estão familiarizados – propriedade, fábrica, equipamentos, dinheiro – constituem a matéria intelectual: conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência, que pode ser utilizada para gerar riqueza.

Mais adiante, o autor comenta:

Quando o mercado de ações avalia empresas em três, quatro ou dez vezes mais que o valor contábil de seus ativos, está contando uma verdade simples, porém profunda: os ativos físicos de uma empresa baseada no conhecimento contribuem muito menos para o valor de seu produto (ou serviço) final do que os ativos intangíveis – os talentos de seus funcionários, a eficácia de seus sistemas gerenciais, o caráter de seus relacionamentos com os clientes, que, juntos, constituem seu capital intelectual (STEWART, 1998, p.51).

Para Lopes de Sá (2000, p. 39) o patrimônio imaterial das empresas é produto do aumento de funções do próprio capital material e dos fatores que atuam sobre o mesmo, dinamizando-o e conferindo-lhe maior eficácia.

Antunes e Martins (2002, p. 44) afirmam que, uma vez reconhecido o papel do conhecimento em sua centralidade nos processos empresariais, “instala-se um período de transformações, cujos efeitos estão se espalhando mundialmente e alterando os sistemas político, social e econômico dos países [...]”.

Segundo os autores:

O novo rumo da economia encontra-se fundamentado em idéias. O número de pessoas engajadas no processo de pesquisa, criando técnicas, materializando idéias, desenvolvendo novas oportunidades de negócios, tende, cada vez mais, a superar o número de pessoas que estarão trabalhando diretamente na produção física, a mesma proporção ocorrendo em relação ao montante de recursos financeiros e de conhecimento investidos. Isso tornará essencial que se realizem profundas modificações na estrutura e na administração das empresas para que continuem competitivas (ANTUNES e MARTINS, 2002, p. 52).

Diversos estudiosos – como Wah (2000), Kanter et al. (1998) Wah (2000), entre outros - têm destacado exemplos bem sucedidos de empresas que têm investido em métodos organizacionais orientados para a valorização e desenvolvimento do capital intelectual através de toda a organização.

O conhecimento explícito passa a ser utilizado como base para novas habilidades. Além disso, as empresas percebem que através deste recurso podem, no mínimo, manterem-se eficientes com menos recursos físicos e mão-de-obra especializada. Passam a ser valorizados atributos como criatividade e a versatilidade, e não só a racionalidade (ANTUNES e MARTINS, 2002, p. 44).

2-2- Componentes do capital intelectual

A literatura disponível sobre o assunto apresenta formas variadas de se compreender os elementos que compõem o capital intelectual. Entre estas, é possível destacar a presença de três componentes: o capital humano, o capital estrutural e o capital do cliente. Esses três capitais, todos intangíveis, são praticamente indissociáveis e a articulação entre os mesmos forma o capital intelectual.

O capital humano corresponde a toda a capacidade, conhecimento, criatividade, habilidade, potencial de inovação e experiência individuais dos empregados de uma organização. Este ativo diz respeito ao desenvolvimento e manutenção de talentos, criação e implantação de idéias numa organização. Sveiby (1998) compreende que os verdadeiros agentes geradores de valor numa empresa são as pessoas, pois todos os seus demais ativos e estruturas são produtos das ações humanas. Duffy (2000, p.73) considera que os conceitos de capital humano e capital intelectual estão estreitamente articulados, sendo facilmente confundidos.

Deve-se observar, no entanto, que o capital intelectual é um termo mais amplo, abrangendo o próprio capital humano. Batocchio e Biaggio (1999) compreendem que para liberar o capital humano já existente na organização é preciso minimizar as tarefas irracionais, o trabalho burocrático, inútil, e as competições internas. Deve-se evitar a dissipação do capital humano, e isto acontece com relativa facilidade.

O capital estrutural é formado pela infra-estrutura que apóia o capital humano, ou seja, tudo o que diz respeito à própria empresa, excluindo os funcionários.

Compreende fatores como: tecnologias, softwares, banco de dados, marcas e patentes, sistemas informatizados, imagem da empresa, conceitos organizacionais.

Edvisson e Malone (1998) definem o capital estrutural como o arcabouço, o empowerment, e a infra-estrutura que apoiam o capital humano, incluindo-se também a capacidade organizacional, com os sistemas físicos. De acordo com Biaggio e Batocchio (1999), o capital humano é o construtor do capital estrutural, porém aumentando-se o capital estrutural aumenta-se a possibilidade de ter-se um capital humano melhor.

Por fim, o capital do cliente diz respeito ao valor dos relacionamentos de uma empresa com as pessoas com as quais faz negócios. As informações a respeito dos clientes propiciam condições para a empresa oferecer produtos e serviços mais adequados aos mesmos e se colocar de forma mais estratégica e competitiva no mercado.

Segundo Batocchio e Biaggio (1999), uma empresa precisa saber cada vez mais sobre o negócio do cliente para melhor atendê-lo, e por outro lado, deve também tornar sua organização o mais transparente possível para permitir que seu cliente também aprenda muito sobre seu negócio.

Os autores atentam para o fato de que quanto mais uma empresa processar informações sobre seu cliente, mais poderá utilizar estas informações para fornecer um serviço vital ao cliente, dificultando com isto a escolha de outro fornecedor.

Muitos estudiosos caracterizaram diversos tipos de conhecimento nas empresas como a interação das pessoas com o conhecimento organizacional. Uma boa administração do conhecimento está intrinsecamente relacionada à capacidade das empresas empregarem e

articularem diversos tipos de conhecimento organizacional. Gerir o conhecimento não é um fenômeno inédito nas organizações, mas o modo de compreendê-lo e utilizá-lo estrategicamente no desempenho empresarial apresenta atualmente um caráter inovador.

Sveiby (2000, p.68) ressalta que numa empresa em que os ativos intangíveis são várias vezes mais valiosos que os tangíveis, o gerenciamento deveria centrar-se na administração dos intangíveis. A questão fundamental para o autor consiste em compreender o que faz as ações de uma organização possuir um valor muito maior do que o apresentado nos relatórios contábeis.

À medida que vai prevalecendo cada vez mais o princípio da gestão do conhecimento começam a ser revistos os modelos de gestão empresarial, suas estratégias, sua estrutura e sua cultura. As empresas na sociedade do conhecimento necessitam de inteligência, criatividade, inovação, flexibilidade de forma cada vez mais qualificada. Ou seja, as organizações tendem a se diferenciar no mercado pelo seu conhecimento e o modo como conseguem aplicar o mesmo.

A esse respeito, Lopes de Sá (2002) sublinha que a época atual, requer investimentos nos intelectos, na qualidade da inteligência atuando sobre os intelectos visando crescimento efetivo da própria riqueza.

Como estamos diante de uma mudança de paradigma, deve-se considerar que há um longo caminho a ser percorrido pelas organizações para que desenvolvam modelos de gestão empresarial adequados aos novos princípios da sociedade do conhecimento.

Como bem observa Stewart (1998) :

uma coisa é afirmar que a inteligência é o ativo mais importante da organização. Outra, bastante diferente, é transformar esse insight em planos e estratégias que levem a um melhor desempenho. A soma das patentes, processos, habilidade dos funcionários, tecnologias, informações sobre clientes e fornecedores e a velha e boa experiência de uma organização, serve apenas como ilustração, não como definição. (STEWART, 1998, p. 60).

A era do conhecimento, portanto, passa a desafiar todas as organizações a saberem gerir estrategicamente o capital intelectual. O êxito de uma empresa numa economia pautada no capital intelectual dependerá de suas capacidades e habilidades para lidar com este ativo intangível.

2-3- Capital Intelectual e Contabilidade

Dentro desse novo panorama empresarial, centrado no conhecimento existente e potencial, coloca-se em questão a relação entre a contabilidade e o capital intelectual. Tornou-se um imperativo aos gestores empresariais saber identificar e mensurar esses ativos ocultos, de forma a obter informações mais próximas da realidade econômica das empresas.

Essa questão tem sido objeto de diversas discussões entre especialistas no assunto. Na literatura a respeito, tem se questionado, frequentemente, a capacidade da contabilidade tradicional de avaliar o valor real de uma empresa, considerando-se que o valor contábil das ações apresenta-se, muitas vezes, defasado em relação a seu valor real de mercado.

Para muitos estudiosos do tema, a mensuração do “capital intelectual” se apresenta como um grande desafio a ser superado pela contabilidade. Alega-se, também, que a contabilidade ainda não concedeu uma atenção especial a esses ativos que impactam sobremaneira o patrimônio das empresas; o que gera, assim, grande distorção em seus relatórios.

De acordo com Sveiby (1998), a contradição entre o tratamento contábil dado aos ativos físicos e intangíveis é difícil de ser solucionada através dos modelos tradicionalmente aceitos.

Sveiby (1998) compreende que o problema consiste em se prender a modelos de mensuração que adotem valores monetários como parâmetro na avaliação dos ativos intangíveis.

De acordo com o autor,

Não existe diferença entre medidas monetárias e outras medidas. Ambas são imprecisas e todas dependem do observador. Não existem medidas objetivas. A principal razão pela qual as medidas monetárias parecem ser mais objetivas e reais é que elas são subjacentes ao que a empresa representa, bem como porque estas medidas estão entre nós há muito tempo e são reguladas por definições e padrões. (SVEIBY, 1998, p. 84).

Nessa perspectiva, ressalta-se a necessidade de se encontrar critérios para avaliação do desempenho humano que substituam as medidas monetárias.

Stewart (1998), por sua vez, afirma que a contabilidade mensura o acúmulo e a concentração de capital de uma organização baseando-se em custos, considerando que a valorização dos ativos é um processo lógico e matemático. Este modelo, no entanto, perde sua aplicabilidade quando se lida com ativos intangíveis, uma vez que formação dos custos, neste caso, não ocorre pela mesma lógica.

Andrade (1997) sublinha que os relatórios contábeis não têm refletido certos desdobramentos da evolução tecnológica nas organizações, como redução de custos e melhoria da qualidade, que agrega valor ao negócio.

Antunes e Martins colocam em outros termos a relação da contabilidade com o capital intelectual, procurando relativizar idéia de despreparo do setor contábil com respeito às formas de avaliação deste ativo intangível. Os autores afirmam que a contabilidade não se encontra às voltas com um fenômeno inédito, destacando que o capital intelectual é parte integrante do goodwill, conceito secularmente conhecido e estudado pela Contabilidade. “Os elementos intangíveis sempre foram abordados pela Contabilidade e, da mesma forma, como nunca se desprezou a sua importância, nunca se subestimou a sua complexidade”, (ANTUNES e MARTINS, 2002, p. 41).

O conceito de goodwill remete-se à diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, o que revela que a mensuração dos ativos intangíveis já se encontrava presente na contabilidade tradicional. Os autores salientam, entretanto, que este trabalho diz respeito a um dos campos mais complexos da contabilidade, tendo em vista a subjetividade dos elementos que permeiam a avaliação do capital intelectual.

A respeito das críticas dirigidas aos relatórios contábeis, Antunes e Martins (2002) compreendem que a “contabilidade não é falha na divulgação das informações por ela registradas.

Deve-se entender a finalidade de cada uma das Demonstrações Contábeis, bem como os Princípios subjacentes a elas” (Antunes e Martins, 2002, p. 41).

Os autores argumentam que a história do desenvolvimento do conhecimento contábil e a bibliografia existente sobre o goodwill revelam que a preocupação da contabilidade em identificar os elementos intangíveis no desempenho empresarial não é recente.

No que tange à diferença entre o valor patrimonial das ações e seu valor de mercado, que vem sendo atribuída ao capital intelectual, Antunes e Martins consideram que se trata,

[...] de uma forma muito simplista de justificar este fato, principalmente no que concerne à função das Demonstrações Contábeis, especificamente do Balanço Patrimonial. É importante destacar que não se entende que seja o Capital Intelectual o único responsável por tal diferença (ANTUNES e MARTINS, 2002, p.46).

Atualmente, já existem vários modelos que podem ser considerados de mensuração de capital intelectual como o método Skandia de Edvinsson, o método Sveiby, o método do navegador do capital intelectual de Stewart, entre outros.

O grupo Skandia, maior prestador de serviços financeiros e de seguros da Escandinávia, tem recebido destaque no meio acadêmico e empresarial por ter realizado o primeiro modelo para avaliação do capital intelectual de uma empresa. Desenvolvido em 1985, foi divulgado apenas em 1994, sendo considerado um marco na investigação e avaliação do impacto dos elementos intangíveis no desempenho das empresas. Para o grupo Skandia, o capital intelectual apresenta-se como um novo conceito que explica a diferença entre o valor de mercado e o valor patrimonial.

Entre os diretores do grupo que desenvolveram este modelo, destaca-se Edvinsson, autor que se tornou referência nos estudos sobre capital intelectual. Neste modelo, o capital intelectual é concebido como formado pelo capital humano e estrutural, sendo este último subdividido entre capital organizacional e capital do cliente.

O grupo Skandia identificou certos valores de sucesso que deveriam ser maximizados e incorporados à estratégia organizacional. Esses fatores, por sua vez, foram relacionados em cinco áreas distintas de foco:

- a) Foco Financeiro.
- b) Foco Clientes.
- c) Foco Processo.
- d) Foco Renovação e Desenvolvimento.
- e) Foco Humano.

Segundo Antunes (1999), essas cinco áreas combinadas resultam em um relatório diferente, que se remete a diversos aspectos conferindo-lhe caráter dinâmico, razão pela qual o relatório foi denominado de Navegador.

O modelo desenvolvido pelo grupo Skandia visa identificar, avaliar e administrar os conhecimentos adquiridos na busca de novos conhecimentos que propiciarão às empresas vantagens a médio e longo prazo. Desse modo, apresenta-se como um valioso instrumento à disposição dos gestores em suas tomadas de decisões.

Os estudos sobre a mensuração do capital intelectual das organizações têm produzido uma diversidade de pesquisas e experiências práticas nos últimos anos. Verifica-se que, principalmente a partir da década de 90, o capital intelectual torna-se alvo de importantes estudos na área contábil na busca de se encontrar formas de descrever e mensurar, o modo como o conhecimento adiciona valor. No entanto, há ainda um longo caminho a ser percorrido.

Ainda não existem medidas oficialmente reconhecidas para a avaliação do capital intelectual. Os modelos de mensuração desenvolvidos representam bons esforços na busca de instrumentos que possibilite a aproximação do real valor da empresa, mas não podem ser considerados como solução para o problema da mensuração adequada do valor econômico do capital intelectual.

É importante destacar, de acordo com Paiva (2000, p.5), que a mensuração dos ativos intelectuais não significa deixar de utilizar a contabilidade financeira. O autor afirma que se trata de um recurso a mais no sentido de proporcionar informações mais consistentes a

respeito do patrimônio da empresa, tendo em vista que os diversos fatores de origem intangível contribuem cada vez mais em agregar valor para uma organização.

Cabe sublinhar, também, que diversos setores empresariais ainda não têm a consciência da importância e da função da mensuração do capital intelectual nas organizações.

A avaliação do capital intelectual contribui na gestão eficiente deste ativo, objetivando a criação e manutenção das vantagens competitivas das organizações. Em um relatório de capital intelectual encontram-se informações que são de interesses para os gestores das empresas e para seus acionistas; contribuindo para que as empresas se conheçam melhor e possam, assim, atingir um maior aprimoramento.

Identificando o capital intelectual, é possível otimizar a performance das organizações inseridas no ambiente moderno de competição mercadológica. A mensuração do capital intelectual pode revelar para a empresa o seu potencial e possibilidades, bem como suas limitações e pontos a serem melhorados, contribuindo para sua inserção adequada no cenário empresarial configurado pela sociedade do conhecimento.

4- Considerações finais, conclusão .

Compreendendo que o conhecimento tornou-se o principal propulsor do desempenho empresarial, é fundamental que os gestores modernos saibam administrar adequadamente este ativo intangível. O conhecimento, associado à tecnologia, transforma-se em um valioso instrumento para as empresas, quando investido em estrutura para o desenvolvimento de idéias, criações, inovações.

O surgimento da noção de capital intelectual acarreta para as empresas a necessidade de utilização de novas estratégias e revisão de conceitos e princípios administrativos de forma a contemplar o recurso do conhecimento.

Cabe ressaltar que as organizações que ainda não atribuem a devida importância a esses ativos intangíveis, buscando formas de alavancar seu capital intelectual, tendem a se colocar em posição de desvantagem em relação às demais. Se a empresa demonstrar habilidade para administrar estrategicamente seus ativos intelectuais, terá provavelmente seu valor real muito superior a seus ativos físicos. No entanto, é necessário considerar as diversas dificuldades relacionadas à mensuração do capital intelectual, dada a sua complexidade e subjetividade.

Não há procedência em afirmar que a contabilidade atual encontra-se equivocada com respeito a seus métodos de mensuração, o que seria um grande desconhecimento de todo estudo desenvolvido por esse campo científico.

O fato é que se atravessa uma época de profundas transformações de conceitos, valores, princípios sociais e econômicos que têm colocado em questão diversos parâmetros que norteiam os mais variados setores da sociedade, inclusive o empresarial.

A contabilidade tradicional não está isenta dessas repercussões e vivencia dessas drásticas mudanças, assim como, os demais setores empresariais e a sociedade em geral.

As discussões e estudos sobre a relação entre a contabilidade e seus métodos de avaliação do capital intelectual ainda se encontram longe de um consenso. As experiências práticas de mensuração do capital intelectual representaram bons avanços nesse campo, mas ainda não trouxeram respostas e alternativas mais consistentes, de forma que se possa afirmar que a contabilidade atual já se apresenta preparada para atuar na mensuração do capital intelectual.

Nesse sentido, entende-se que a ciência contábil deva estar atenta a esse novo cenário de transformações dos paradigmas sociais e empresariais, superando por meio de pesquisas e

análises conscienciosas, os aspectos deficientes, realizando com eficácia seu papel no fornecimento de informações relevantes para as organizações.

Esta adequação aos novos princípios modernos tende a ocorrer juntamente a outros setores organizacionais, à medida que as velozes transformações sociais contemporâneas impelem as empresas, em suas diversas áreas, a rever e sofisticar seus procedimentos administrativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, G. A. A necessária evolução da contabilidade. Revista de Contabilidade do CRC-SP, São Paulo, n. 1, abr. 1997.

ANTUNES, M. T. P. Contribuição ao entendimento e mensuração do capital intelectual. São Paulo: USP, 1999. Dissertação de Mestrado, FEA/USP, Universidade de São Paulo, 1999.

_____. Capital intelectual. São Paulo: Atlas, 2000.

_____ e MARTINS, E. Capital intelectual: verdades e mitos. Revista Contabilidade e Finanças. n. 29, p. 41-54, maio/ago. 2002.

BATOCCHIO, A.; BIAGIO, L. A. A importância da avaliação do capital intelectual na administração estratégica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – ENEGEP, 19., 1999, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 1999.

DRUCKER, P. F. Sociedade Pós-Capitalista. São Paulo: Pioneira, 1993.

_____. Administrando em tempos de grandes mudanças. Tradução de Nivaldo Montinguelli Jr. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

EDVISSON, L e MALONE, M. S. Capital intelectual – descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos. São Paulo: Makron Books, 1998.

GRUPO SKANDIA. Visualizando o Capital Intelectual na Skandia. Suplemento do Relatório Anual. Estocolmo, 1994.

KANTER, R. M.; et al. Inovação: pensamento inovador na 3M, DuPont, GE, Pfizer e Rubbermaid. São Paulo: Negócio Editora, 1998.

LOPES DE SÁ, A. Ativo intangível e potencialidades dos capitais. Revista de Contabilidade do CRC-SP, São Paulo, n. 13, set. 2000.

PAIVA, S. B. Capital intelectual: um novo paradigma para a gestão dos negócios. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 16., 2000, Goiânia, Anais... Goiânia: CFC, 2000./

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

STEWART, T. A. Capital intelectual – a nova vantagem competitiva das empresas. 11 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SVEIBY, K E. A nova riqueza das organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

WAH, L. Muito além de um modismo. HSM Management, São Paulo, n. 22, set./out. 2000.